

Missiane Gomes Ramos

**Fórum Social Mundial:
Espaço de fortalecimento da sociedade civil através da ação
comunicativa**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília – DF

2005

Missiane Gomes Ramos

**Fórum Social Mundial:
Espaço de fortalecimento da sociedade civil através da ação
comunicativa**

Banca Examinadora:

Prof. Marco Antonio de Meneses Silva
(Orientador)

Prof. Raquel Boing Marinucci
(Membro)

Prof. Renata de Melo Rosa
(Membro)

Brasília – DF

2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

A Deus por me sustentar e abençoar sempre. A Ele toda honra e toda glória.

A meus pais pelo o amor e pela motivação.

Ao Professor Mestre Marco Antonio pela orientação e pela paciência.

SUMÁRIO

Resumo	IV
Capítulo 1- O conceito de sociedade civil	03
1.1. As mudanças passadas pelo conceito	03
1.1.1. O conceito em Hegel	04
1.1.2. As construções marxista e gramsciana	07
1.2. Restrição conceitual ao objeto de estudo	09
1.2.1. Os movimentos sociais	10
Capítulo 2- Fórum Social Mundial	15
2.1. Antecedentes	15
2.2. De Chiapas a Porto Alegre – a cronologia do Movimento Antineoliberalização	20
2.3. A instauração do Fórum Social Mundial	23
2.4. A coesão do Movimento Antineoliberal	23
Capítulo 3- Ação Comunicativa dentro e além do Fórum Social Mundial	32
3.1. Ação comunicativa entre a práxis e a realidade empírica,	34
3.1.1. O uso da linguagem no entendimento	38
3.2. Ação comunicativa no Fórum Social Mundial	39
3.3. Ação comunicativa além do Fórum Social Mundial	43
Conclusão	49
Referências Bibliográficas	51

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo fazer uma análise da atividade política a partir da sociedade civil, com enfoque nos movimentos sociais e outras entidades, que nos últimos anos vêm se organizando em redes mundiais e ocupando espaço no cenário internacional com manifestações contra a globalização neoliberal. Com um breve histórico, partindo dos filósofos modernos e chegando até Gramsci, tentamos entender as construções do conceito de sociedade civil e ao que ele se aplica, e fazer uma restrição conceitual do termo, para o fim proposto ao trabalho, com ênfase nos movimentos sociais utilizando seus estudiosos contemporâneos, como Arato, Cohen, Touraine e Melucci. Levantamos os antecedentes da mais eloqüente expressão política social, o Fórum Social Mundial, e que se constitui em uma força antagônica à hegemonia personificada pelo Estado e pelo mercado. Essa expressão política, composta de movimentos e entidades tão diversos, tem sua força e fraqueza nessa diversidade, e é exatamente na força, que pode ser construída através de uma ação comunicativa, que tentamos nos concentrar neste trabalho. Seus constituintes podem transformá-la num movimento coeso, baseado não na unanimidade, mas numa coesão que se forma no consenso, através do diálogo e estratégias de ação bem coordenadas capazes de alcançar as propostas defendidas. Utilizando Habermas e Bourdieu, analisamos a ação comunicativa dentro e além do Fórum Social Mundial e como ela pode ser o caminho para transpor a barreira do discurso político formal e se constituir em práxis política emancipatória através do diálogo. Concluimos que uma ação comunicativa habermasiana é possível no espaço do Fórum Social Mundial por este possuir uma formação mais homogênea que a sociedade em geral, mas que a consciência e a ação política dentro da sociedade só acontecerão através da comunicação e do diálogo que só a sociedade civil pode estabelecer procurando superar os déficits de comunicação advindos das diferenças sociais.

ANEXO VIII

ABSTRACT

This work has as objective to do an analysis of the political activity starting from the civil society, with focus in the social movements and other entities, that are organizing in world nets and occupying space in the international scenery with manifestations against the neoliberal globalization.

With a brief historic, from the modern philosophers to Gramsci, an attempt was accomplished of understanding the constructions of the concept of civil society and to what it is applied, and to do a conceptual restriction of the term, for the end proposed to the work, with emphasis in the social movements using your contemporary specialists, like Arato, Cohen, Touraine and Melucci.

It was accomplished a rising of the antecedents of the most eloquent social political expression, the World Social Forum, that is constituted in an antagonistic force to the hegemony personified by the State and for the market. That political expression, composed by movements and such several entities, has your force and weakness in that diversity, and it is exactly in the force that the work ponders using Harbermas and of Bourdieu's works in the analysis of the communicative action inside and besides the Forum.

Introdução

No curso de Relações Internacionais costumamos pensar e estudar o Estado como o principal ator nas relações internacionais, como ele se organiza e se relaciona com seus pares. Em seguida vem a Economia, que estrutura as relações de poder entre centro e periferia e é um determinante na forma como os Estados se organizam. Esta forma de encarar as relações internacionais, seja sob qualquer paradigma - realista, globalista, idealista, ou qualquer outro – protagoniza de forma quase que exclusiva o Estado em detrimento de um outro ator também importante – a sociedade civil.

A sociedade civil, da forma como vem se organizando, especialmente a partir da segunda metade do século XX, tem ocupado espaço no cenário internacional e influencia os Estados em sua maneira de lidar com os problemas. Quando chefes de Estados se reúnem para discutir e propor soluções para problemas climáticos, desequilíbrios ecológicos e outros assuntos que afligem a sociedade mundial, é porque esta, em sua forma organizada, exerce pressão direta ou indiretamente para que isso aconteça. Através de organizações não-governamentais, movimentos sociais e até mesmo elegendo representantes que estão em consonância com suas demandas, a sociedade tende a ocupar um espaço cada vez maior na esfera política.

Estudar a sociedade civil é, sem dúvida, uma forma de estender a visão sobre o processo das relações entre Estados, que são influenciadas por muitos fatores, entre os quais a forma como suas sociedades encaram suas democracias. O interesse pelo tema surgiu durante o curso da disciplina ONGs, quando vimos como a sociedade pode se organizar para não somente suprir as carências do Estado, mas também se propor a atuar conjuntamente com este para encontrar soluções para os problemas sociais, e que através de suas organizações pode se articular em redes para trocar informações e formular estratégias para alcançar seus objetivos. É claro que não há a intenção de se esboçar uma visão idealizada e ingênua, mas uma visão otimista da sociedade civil e seu potencial emancipatório em regimes democráticos que são apenas representativos.

O trabalho procura analisar o conceito de sociedade civil, passando por autores como Hegel, Marx e Gramsci até autores contemporâneos que estudam a sociedade civil como uma esfera pública democrática e os novos movimentos sociais, para focar a organização de uma sociedade civil mundial em torno de um espaço de debate e de troca de experiências – o Fórum Social Mundial – que se constituiu com os movimentos de protesto contra a globalização neoliberal, e como esta sociedade pode se fortalecer através do diálogo baseado na ação comunicativa habermasiana superando os desequilíbrios lingüísticos e os déficits de comunicação inerentes às diferenças de classes abordados por Bourdieu.

A partir da interpretação do que Habermas elabora como ação comunicativa e como ela é necessária para alcançar o entendimento e fortalecer o processo democrático, o Fórum Social Mundial poderá ser considerado um espaço onde ocorre essa ação comunicativa, posto que as relações entre seus participantes ocorrem numa estrutura horizontal. Em contraposição a uma ação comunicativa que exige relações sociais pouco diferenciadas nas estruturas hierárquicas, Bourdieu é abordado, com *A economia das trocas lingüísticas*, para identificar os obstáculos que a ação comunicativa sofre no universo social e para diferenciar os espaços sociais com os quais as duas abordagens teóricas se identificam.

Capítulo 1

O conceito de sociedade civil

1.1. As mudanças passadas pelo conceito

As constantes transformações no conceito de sociedade civil é um exemplo a que um conceito está sujeito ao longo do tempo. O termo ganhou várias interpretações de acordo com os avanços da organização sócio-política, e estão baseadas na diferenciação e fragmentação das sociedades, constituindo-se um exemplo de que não devemos nos prender a construções teóricas sem analisar seu contexto histórico.

O termo sociedade civil abarca uma infinidade de relações dentro da sociedade e, por isto, torna-se difícil dar um conceito preciso que defina todas as formas como a sociedade civil se configura. Utilizam-no para fazer referência à sociedade privada (mercado) e à sociedade de interesse coletivo, para legitimar e para contestar adoção de políticas e o rumo que as sociedades seguem.

A sociedade civil serve para que se faça oposição ao capitalismo e para que se delineiem estratégias de convivência com o mercado, para que se proponham programas democráticos radicais e para que se legitimem propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas. (...) É em seu nome que se combate o neoliberalismo e se busca delinear uma estratégia em favor de outra globalização, mas é também com base nela que se faz o elogio da atual fase histórica e se minimizam os efeitos das políticas neoliberais.¹

¹ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o público-estatal e o universo gerencial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.52, junho 2003, p.186.

O conceito que será trabalhado em relação à sociedade civil é o das forças sociais organizadas em busca do interesse coletivo e da defesa das minorias e que se organizam em movimentos, em ONGs e que se reúnem em fóruns para debater alternativas a um regime imposto pelo Mercado e por decisões políticas que privilegiam uma minoria dominante.

No sentido original, da doutrina jusnaturalista, sociedade civil era sinônima de sociedade política e oposta à sociedade natural. Os jusnaturalistas – Hobbes, Kant e Locke – constroem o conceito em contraposição ao conceito de Estado de Natureza no qual os homens viviam segundo as leis naturais. Locke utiliza o termo para se referir à sociedade civilizada em oposição à sociedade dos povos primitivos e Rousseau não o identifica com o sentido de sociedade política, mas com o sentido de uma sociedade civilizada que faz lembrar a sociedade natural hobbesiana.² O Estado civil/Sociedade civil surgiu com a necessidade de criar uma instituição capaz de controlar e civilizar a sociedade natural.

1.1.1. O conceito em Hegel

É a partir de Hegel que o conceito passa por transformações. Para ele, a sociedade civil não se confunde com o Estado, mas o precede em um sentido lógico.³ Segundo uma linha de interpretação hegeliana, “o Estado constitui a forma mais alta e o nível mais universal de integração social”.⁴ Para diferenciar sociedade civil e Estado, Hegel sistematiza a ação humana baseada em interesses. É a natureza desse interesse – particular ou geral – que define um e outro. “As ações que derivam de um interesse particular dão origem à sociedade civil. E se

² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO. *Gianfranco. Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. Vol.2, p. 1206.

³ *Ibid.*

⁴ ARATO, Andrew. “Uma reconstrução da teoria hegeliana da sociedade civil”. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 50.

inscrevem nela. Por outro lado, o Estado é produto de uma ação que obedece ao interesse geral de toda a coletividade”.⁵

A sociedade civil é o “sistema das necessidades” particulares criado a partir da ação em busca da satisfação de tais necessidades que gera interação e interdependência entre os membros de uma coletividade.⁶ Uma interdependência tal que leva à manifestação do interesse geral.

Hegel divide a população em três classes ou estamentos de acordo com a atividade econômica: substancial (agricultores), geral (burocracia do Estado) e intermediária (industriais). Cada classe possui sua identidade, costume e ética.⁷ O conceito de identidade é muito importante para o desenvolvimento da sociedade civil e será explorado mais adiante. Como também é importante a cultura, pois é “um processo histórico de formação de um povo, que o capacita a atuar de acordo com princípios cada vez mais amplos e gerais” e “configura a subjetividade coletiva”⁸. Tal subjetividade coletiva leva o homem a caminhar para o interesse geral subjugando o interesse individual, tendo o mercado como amálgama no desenvolvimento de uma coesão social.

O geral aparece, em primeiro lugar, como interdependência econômica dos homens na satisfação de suas necessidades. (...) Tal interdependência generalizada é, segundo Hegel, a primeira manifestação do interesse geral, da “dimensão social do homem”, embora na figura de força estranha a sua vontade. O nexos recíproco se estabelece através do mercado. Cada um fica reduzido à condição de um elo na cadeia da interdependência geral, tanto no que se refere à possibilidade de satisfazer suas próprias necessidades quanto, inclusive, na definição de seu conteúdo. A mercadoria é sua expressão concreta.⁹

⁵ RESTREPO, Luis Alberto. A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 2(2), 2.sem.1990, p. 64.

⁶ *Op. cit.* p.65.

⁷ *Ibid.*

⁸ *Op. cit.* p.66.

⁹ *Op. cit.* p.67.

Um outro fator que Hegel usa para construir o conceito de sociedade civil é a corporação, entendida como a “organização de um estamento social para a promoção e defesa de seu próprio interesse particular. Partindo do interesse individual que caracteriza a atividade da sociedade civil, a corporação é o grau mais alto de sua transformação em interesse geral”.¹⁰ Dentro de um conceito trabalhado dentro da realidade atual, podemos transportar a corporação como o equivalente ao grêmio ou ao sindicato.

A agremiação é a forma de organização própria das classes sociais, enquanto são movidas por interesses próprios e particulares de sua classe. E é também a forma de associação de todo tipo de interesses comuns, como os que dão origem aos movimentos sociais, agremiações não institucionalizadas e não orientadas simplesmente como instâncias reivindicativas.¹¹

Assim como a corporação hegeliana, a agremiação ou o sindicato de hoje e muitas ONGs transformam interesse individual em interesse geral. Ao reivindicar interesses próprios de uma classe ou minoria, elas podem se identificar com outros interesses que são comuns a outras agremiações e a uma parcela maior da sociedade. Essa associação de interesses comuns pode produzir algo mais que reivindicações. Pode levar informações a toda sociedade, influenciando essa a tomar posições em questões políticas e sociais, contribuindo para a democratização e pode também se transformar em movimento social, contestando uma situação vigente, e até mesmo em partido político, como o PT no Brasil e o Solidariedade na Polônia.

¹⁰ *Op. cit.* p.68.

¹¹ *Ibid.*

1.1.3. As construções marxista e gramsciana

Para Marx, sociedade civil é sinônima de sociedade burguesa e “indica a esfera das relações econômicas intersubjetivas de indivíduo a indivíduo, ambos independentes, abstratamente iguais, contraposta à esfera das relações políticas, que são relações de domínio”.¹² Ele reduz o conceito hegeliano “à instância econômica da atividade social”.¹³ Ao contrário de Hegel, que via na relação entre as classes um caráter de complementaridade, ele a definia como antagônica e a “rede de relações sociais – a sociedade civil – só existe como unidade enganosa, na medida em que sua divisão e enfrentamento permaneçam ocultos, acobertados pela ideologia ou reprimidos pela força do Estado”.¹⁴

O interesse geral não é nada mais que ideologia e opressão e serve para reproduzir a divisão entre as classes. “Ao redor do conceito de relações sociais, Marx junta quase todas as instâncias em que Hegel vê a presença unificadora, ‘socializadora’ ou ‘civilizadora’, do interesse geral”.¹⁵

Embora na atualidade as construções sejam de inspiração marxista, não estenderemos este conceito por restringir a atividade social puramente à instância econômica e por não ter uma elaboração precisa do que seja a sociedade civil. As possibilidades e peculiaridades da sociedade civil são encobertas pelo antagonismo feroz entre as classes, o que impossibilita qualquer discussão nos moldes atuais sobre o potencial emancipatório da sociedade organizada.

Em Gramsci encontramos uma construção mais elaborada que ainda hoje é padrão para conceituações atuais. Ele utiliza alguns elementos hegelianos, como cultura, religião e filosofia para trabalhar o conceito de hegemonia, entendida como “a capacidade que um grupo tem de dirigir eticamente e estabelecer um novo campo de liderança”,¹⁶ tão importante na elaboração de seu projeto de sociedade civil.

¹² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO. *Gianfranco. Op. cit.* p. 1209.

¹³ RESTREPO, Luis Alberto. *Op. cit.* p. 70.

¹⁴ *Op. cit.* p. 71.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Op. cit.* p.185.

Diferentemente de Marx, que situa a prática social no plano da estrutura, ele separa a prática social em duas instâncias – a sociedade civil e a sociedade política – e a situa no plano da superestrutura.¹⁷ Além dessa distinção, há uma novidade que é a “direção intelectual e moral de uma classe em relação ao conjunto social”.¹⁸ Esse novo elemento, ‘a direção intelectual e moral’ ou hegemonia, é necessário para que a classe dominante exerça seu domínio e estabeleça sua moral e sua ética a toda sociedade, pois apenas a força coativa, exercida através do Estado, não é suficiente. Para que isso aconteça os intelectuais são peça chave, pois é através deles que uma classe exercerá sua direção, e essa “capacidade reside, fundamentalmente, na força criadora de seus ‘grandes intelectuais’, na medida em que abrem horizontes à ação coletiva.”¹⁹

Com a importância dada aos intelectuais, Gramsci insere o princípio da comunicação como forma de entendimento e de se chegar a um consenso – “conceito elaborado para qualificar uma articulação pluralista de idéias e valores, uma unidade na diversidade”.²⁰ O que era um conflito feroz entre as classes em Marx, “se transforma em conflito civilizado e civilizador”²¹ através da ação de intelectuais que são intérpretes e porta-vozes de suas classes – os chamados intelectuais orgânicos.

O pressuposto comum das classes em conflito é, então, no mínimo, o respeito à vida e à liberdade alheias e à palavra como meio de comunicação autêntico. Não pode ser o produto do simples engano tático, nem o assentimento forçado dos escravos nem a mudez irremediável dos mortos.²²

¹⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO. *Gianfranco. Op. cit.* p. 1209.

¹⁸ RESTREPO, Luis Alberto. *Op. cit.* p. 75.

¹⁹ *Op. cit.* p.76.

²⁰ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Op.cit.* p.185.

²¹ RESTREPO, Luis Alberto. *Op. cit.* p. 76.

²² *Ibid.*

Outra discussão importante em Gramsci é a criação de um “Partido de classe como instrumento de criação de consenso e de poder das classes subalternas.”²³ Verificamos que, na prática, isso acontece até certo ponto, pois quando o Partido ascende ao poder, ele, muitas vezes, adota o discurso do Estado e deixa de ser sociedade civil, transformando-se em sociedade política.

1.2. Restrição conceitual ao objeto de estudo

Atualmente, é difícil encontrar uma teoria que abarque o que a sociedade civil representa hoje, pois esta se configura em diferentes tipos de conduta e está apoiada num referencial teórico bastante eclético – em Gramsci e sua divisão tripartite entre sociedade civil, Estado e mercado; em Marx e sua crítica à sociedade burguesa; em Hegel, com a defesa liberal dos direitos civis; em Tocqueville, com a pluralidade societária; em Durkheim, com a solidariedade social e em Habermas e Arendt, com a defesa da esfera pública e da participação política.²⁴ O termo sociedade civil, para o que se pretende aqui, se identifica melhor com a “arena de ação coletiva espontânea em torno de interesses, propostas e valores compartilhados”.²⁵ Daremos ênfase neste aspecto da sociedade civil, baseado em valores sociais compartilhados e ações espontâneas conduzidos pelos movimentos sociais e pelas ONGs.

Mesmo levando em conta elementos que revelam a complexidade da sociedade civil, Gramsci não faz referência a constituintes importantes cuja relevância já havia sido mencionada por Hegel e que são centrais para o entendimento da sociedade civil. Tanto a corporação que, “enquanto associação de interesses privados em função de sua representação pública, equivale ao grêmio ou ao sindicato de hoje”²⁶ e por que não dizer também os movimentos sociais instituídos, quanto o caráter de identidade são intrínsecos nas formas de ação e de organização da sociedade.

²³ *Op. cit.* p.77.

²⁴ ARATO, Andrew; COHEN, Jean. “Sociedade civil e teoria social”. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p.150.

²⁵ *What is civil society?*. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/collections/CCS/what_is_civil_society.htm>. Acesso em: 25 fevereiro 2005.

²⁶ RESTREPO, Luis Alberto. *Op. cit.* p. 68.

É em tais formas de organização que uma classe “materializa sua direção, socializa seus valores éticos, sua visão de mundo, sua identidade de classe”.²⁷

Como identidade, entendemos a forma como uma “classe” ou um ator social se enxerga e se situa dentro da sociedade e como esta se relaciona com ele. Guarda relação com as referências pessoais e políticas dos indivíduos que compõem a “classe”. “É a definição do ator por ele mesmo. A consciência de identidade faz parte da definição de uma classe ou de uma força social de classe, pois as classes só podem ser definidas em termos de relações sociais”.²⁸ Esse princípio se relaciona com a historicidade das várias classes que compõem a sociedade e como elas se constituem como atores na articulação e reivindicação de suas demandas. Uma classe que se vê alijada de seus direitos ou cujos interesses não são respeitados dentro da sociedade onde se situa, precisa ter a clara convicção de quem é e do que quer para se organizar e buscar seus interesses. A identidade promove o agrupamento e o compartilhamento de valores.

A corporação hegeliana, tida como uma associação de interesses privados, pode ser traduzida hoje não só como as várias instituições de classe que representam publicamente seus associados, mas também como as atuais instituições privadas da sociedade civil que buscam interesses públicos, como as organizações não-governamentais e os movimentos sociais. Sua influência política é considerável e muitas vezes servem como uma ponte direta entre o Estado e o indivíduo, fazendo com que este, muitas vezes, abra mão dos Partidos.

1.2.1. Os movimentos sociais

Os movimentos sociais são um dos responsáveis pelo ressurgimento do conceito de sociedade civil e as transformações ocorridas em sua forma de atuar levaram ao “surgimento dos chamados ‘novos movimentos sociais’, que centram sua

²⁷ *Op. cit.* p.77.

²⁸ TOURAINE, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade – Leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, p.345.

estratégia não na demanda de ação estatal, mas na proposição de que o Estado respeite a autonomia de determinados setores sociais”.²⁹ Essa mudança na postura de autores de demanda torna os movimentos sociais fortes influenciadores no sistema político-social, na medida em que se transformam em atores propositivos e se mobilizam por direitos nos planos da identidade e da igualdade.

A ação direta dos movimentos sociais afeta diretamente os sistemas políticos, obrigando-os a produzir algum tipo de reação que pode ser mais ou menos democrática, conforme a natureza do sistema político envolvido. Nesse sentido, a influência direta dos movimentos sociais sobre os sistemas políticos pode ser de três tipos: uma ampliação dos limites da política; uma mudança nas regras e procedimentos políticos; e uma transformação nas formas de participação no interior dos sistemas políticos.³⁰

Movimentos feministas e outros que lutam pela igualdade de gêneros, pela igualdade racial e movimentos ambientalistas entre outros, interferem na realidade estabelecida e alteram a forma como a sociedade se enxerga, levando-a a mudar seus padrões de conduta. Levantam para o debate questões que estão arraigadas e que precisam ser encaradas para que o diálogo social se enriqueça e a democracia seja consolidada. Assim, estes atores sociais carregam um grande potencial de democratização, podendo inserir, mesmo de forma indireta, os indivíduos que estão fora do debate e fazer com que eles questionem situações que julgam imutáveis.

²⁹ VIEIRA, Liszt. *Sociedade civil e espaço global*. Disponível em:

<http://www.lisztvieira.pro.br/texto_sociedade_civil.htm>. Acesso em: 10 agosto 2004.

³⁰ AVRITZER, Leonardo; LYYRA, Timo. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento: Uma entrevista de Leonardo Avritzer e Timo Lyyra com Alberto Melucci. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p.191.

Em geral, os movimentos sociais produzem novos modelos organizacionais que são incorporados em firmas, grandes corporações, serviços públicos, escolas, sistemas educacionais, etc. (...). Hábitos e linguagens são mudados institucionalmente porque uma nova linguagem é assimilada. Por exemplo, hoje nós falamos uma linguagem que incorpora preocupações ecológicas, preocupações com a igualdade de gênero, e estes são resultados institucionalizados da ação dos movimentos sociais.³¹

Tamanha influência verifica-se não só no campo discursivo e comportamental, mas também nas legislações. A Constituição Federal Brasileira expressa os anseios de liberdade dos movimentos contra a ditadura. Atitudes que há algum tempo eram banais e passavam despercebidas, hoje são consideradas criminosas. No caso do Brasil, o racismo e as atitudes contra o meio-ambiente são crimes, e estas conquistas devem-se à militância dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais representam os interesses a que se propõem representar e vão além, quando democratizam e socializam muitos valores que são benéficos ao desenvolvimento social, proporcionando uma maior participação das pessoas e desenvolvendo o crescimento do processo político “O sucesso dos movimentos sociais deve ser entendido (...) como a democratização de valores, normas, instituições e identidades sociais enraizadas, em última instância, na cultura política”.³² Portanto, os movimentos sociais, ao lado de outras entidades, como as ONGs, e muitas destas são a institucionalização de bandeiras levantadas pelos movimentos, devem ser entendidos já não mais como instâncias de defesa particularista, mas como entes da sociedade civil com forte poder de inclusão e como construtores do processo democrático e, assim, podemos dizer que a sociedade civil cresce na medida em que a democracia se fortalece, e esta ganha força na medida em que a sociedade civil se desenvolve e se torna mais participativa. Uma alimenta a outra.

³¹ *Op. cit.* p.192.

³² ARATO, Andrew; COHEN, Jean. *Op. cit.* p.176.

Os conflitos sociais que emergem faz com que a participação política da sociedade seja mais efetiva quando as formas tradicionais de representação política já não correspondem mais às necessidades de solução dos conflitos.

Os conflitos pós-industriais, além da novidade dos atores e dos conteúdos, são caracterizados pela sua relação peculiar com os sistemas políticos e com as formas tradicionais de representação. Os movimentos juvenis, feministas, ecológicos, étnico-nacionais, pacifistas não têm somente colocado em cena atores conflituais, formas de ação e problemas estranhos à tradição de lutas do capitalismo industrial; eles têm colocado, também, no primeiro plano, a inadequação das formas tradicionais de representação política para colher de maneira eficaz as questões emergentes.³³

Assim, a sociedade civil trabalha no sentido de preencher as lacunas deixadas pelo poder representativo, que não acompanha as necessidades sociais, e ao fazer isto ela cresce como ator político.

A construção conceitual de sociedade civil retrata a força do termo dentro do pensamento político. Embora abrangente, com conotações relacionadas desde a uma sociedade política ou Estado civil até a uma sociedade burguesa, o termo está intrinsecamente ligado a uma parcela da sociedade capaz de se articular politicamente. Atualmente, o conceito vem sendo relacionado mais intimamente com movimentos sociais e outras organizações civis que defendem o interesse público, além de despertar um interesse cada vez maior devido à dinâmica dos novos movimentos sociais e a organização destes movimentos em redes transnacionais.

Logo, a sociedade civil, com uma capacidade de responder mais rapidamente aos conflitos sociais, deve ser considerada como o ente mais importante na condução do processo político, pois este é meio para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, defendida por ela, e que poderá ser possível quando o diálogo social for maior e as respostas encontradas na sociedade forem respeitadas em sua total

³³ MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001, p.95.

importância, e para que isto aconteça é necessário mudar a forma como nos conduzimos no processo político.

Capítulo 2

Fórum Social Mundial

A realização do Fórum Social Mundial em janeiro de 2001 marcou a inauguração de um evento inédito na história política - a reunião de movimentos sociais, ONGs e sindicatos de todo o mundo para dialogar e encontrar respostas contra aquilo que consideram um inimigo - neoliberalismo global.

Um inimigo que não conhece fronteiras requer ações que não se intimidem diante delas. Assim, um grande movimento se formou, primeiro nas ruas, em manifestações contra os articuladores e responsáveis pela expansão neoliberal, depois foi crescendo 'em estatura e graça' diante dos olhos e dos donos do mundo e, por fim, revelou do que pode ser capaz e que a história não acabou porque há sujeitos diversos dispostos a lutar.

Este capítulo trata da formação do Movimento contra a globalização neoliberal e sua organização em torno do Fórum Social Mundial através da articulação dos vários movimentos e organizações envolvidos e de que forma ele pode tornar-se coeso com uma composição tão diversa.

2.1. Antecedentes

Os antecedentes da criação do Fórum Social Mundial inserem-se no contexto de fortalecimento do Neoliberalismo na década de 1990 e nos protestos contra a globalização neoliberal. Tal globalização tem gerado aumento nas diferenças entre pobres e ricos com a crescente concentração de capitais em escala mundial e o aumento das injustiças sociais. De acordo com um relatório do Programa de

Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), ela “está associada a uma defasagem acelerada entre os Estados ricos e pobres e entre os povos na economia global (UNPD, 1999)”.³⁴

As políticas neoliberais, implementadas primeiramente nos Estados Unidos e no Reino Unido com Ronald Reagan e Margaret Thatcher a partir da década de 1980, privilegiavam o mercado e se propunham como o único caminho capaz de conduzir ao progresso. Encontrou em organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial de Comércio, a União Europeia e o G-8 seus principais defensores e disseminadores. Abertura de mercado e liberalização econômica, com a redução da intervenção do Estado na economia e desregulamentação, privatização e garantia da propriedade intelectual, redução dos gastos sociais e aumento da competitividade global tornaram-se mandamentos inquestionáveis.³⁵ Estes mandamentos, entre outros, faziam parte do chamado Consenso de Washington, termo utilizado para designar as idéias e políticas econômicas defendidas pelas burocracias econômicas norte-americanas e pelos organismos multilaterais sediados em Washington.³⁶ Todas as cláusulas referentes à diminuição e à não intervenção estatal encontraram eco na situação de crise do *welfare state*, que desde o início da década de 1970 já manifestava sinais de declínio devido, entre outras causas, ao desequilíbrio fiscal do Estado que é tido “como um indício da incompatibilidade natural entre as duas funções do Estado assistencial: o fortalecimento do consenso social, da lealdade para com o sistema das grandes organizações de massa, e o apoio à acumulação capitalista com o emprego anticonjuntural da despesa pública”.³⁷

O discurso e as práticas político-econômicas que sancionavam esse modelo econômico espalharam-se pelo mundo, causando estragos nas economias de países em desenvolvimento que não tinham capacidade de competir com os países ricos e de

³⁴ HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 69.

³⁵ LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003, p.10.

³⁶ FIORI, José Luís. *60 lições dos 90. Uma década de neoliberalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 84.

³⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. Vol.1, p. 418.

defender suas economias fragilizadas contra o ataque de capitais especulativos. Ademais, organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, exercendo sua governança baseada no Consenso de Washington, começaram a impor programas de ajuste estrutural, de orientação neoliberal, que causavam, entre outros males, o aumento do desemprego e a redução da capacidade do Estado em arcar com serviços sociais. Essa padronização “consensual” das políticas impostas em benefício do mercado, sem levar em conta as necessidades e especificidades nacionais, levou as sociedades a experimentar, em escala global, as conseqüências de tais políticas que se evidenciam em:

segmentação da força de trabalho mundial entre os que ganham e os que perdem com a globalização econômica; crescente marginalização dos perdedores da economia global; e desgaste da solidariedade social das nações, uma vez que os sistemas de assistência social não podem ou os governos não querem arcar com os custos de proteger os mais vulneráveis.³⁸

Em meados da década de 1990 as reações às conseqüências das políticas neoliberais começaram a aparecer. O Exército Zapatista de Libertação Nacional promoveu um levante popular em 1º de janeiro de 1994, dia em que entrava em vigor o NAFTA, e em dezembro de 1995 aconteceu outro evento marcante - uma paralisação dos trabalhadores franceses – que levantou, na Europa, a discussão sobre o sentido das políticas neoliberais, que estavam sendo aplicadas sem questionamento.³⁹

A partir de então, as manifestações se tornaram mais freqüentes e as organizações envolvidas delimitaram um alvo: as reuniões dos organismos econômicos multilaterais que articulavam as políticas neoliberais globalizantes. Os protestos eram “organizados horizontalmente por vastas coalizões e redes de entidades e movimentos

³⁸ HELD, David;McGREW, Anthony. *Op. cit.* p. 72.

³⁹ LEITE, José Corrêa. *Op. cit.* p.33-34.

espalhados pelo planeta. (...), buscavam construir uma identidade afirmativa, reunindo-se em muitos encontros e contracúpulas⁴⁰ alternativas e paralelas às cúpulas oficiais dos organismos internacionais. Defendiam um outro tipo de globalização, na qual a solidariedade e o respeito às culturas pudessem ter lugar, não se colocavam contra o desenvolvimento econômico, mas pediam justiça e igualdade social.

A despeito de outros protestos serem constantes nos países em desenvolvimento, os mais castigados pela agenda neoliberal, eles somente chamaram a atenção da mídia mundial quando tomaram corpo em um movimento social de protesto contra as decisões e programas de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, que aconteceu graças à articulação em redes em nível global das várias organizações participantes.⁴¹

Mesmo organizado e oferecendo propostas, a mídia, em geral, só exibiu a tomada das ruas com palavras de ordem e faixas de protesto. Ainda assim, o mundo testemunhou um basta à situação onde um grupo se reunia para dar mais poder ao capital, personificado pelas grandes empresas, e menos às pessoas comuns.⁴²

O termo antiglobalização, alcunhado pela mídia para designar o movimento, não reflete exatamente a sua proposta. O movimento não contesta a globalização em si, e sim o aumento das desigualdades sociais,⁴³ o desprezo pela pessoa humana e pelo meio ambiente gerados por um modelo econômico neoliberal. Ele propõe uma globalização alternativa, realizada de baixo para cima, na qual a maioria possa ser considerada, em substituição à globalização atual que é feita de cima para baixo e apenas uns poucos desfrutam suas benesses.

O movimento se caracteriza pela diversidade de entidades e outros movimentos sociais que o compõem, o que lhe oferece uma maior representatividade.

⁴⁰ *Op. cit.* p. 43.

⁴¹ Um outro mundo é possível. *Ode*, Encarte: Fórum Social Mundial 2003, São Paulo, p.2, fevereiro 2003.

⁴² *Ibid.*

⁴³ GOHN, Maria da Glória. De Seattle a Gênova: uma radiografia dos movimentos antiglobalização. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 janeiro 2002, Caderno MAIS!, p.2. Disponível em: <<http://www.espdh.hpg.ig.com.br/noticia3.html>>. Acesso em: 21 fevereiro 2005.

Ele é composto por uma rede de movimentos e organizações sociais de espectro variado, destacando-se: defesa dos direitos humanos, estudantes, anarquistas, organizações não-governamentais, movimentos sociais rurais, centrais sindicais, alas de partidos políticos e organizações de esquerda, redes de interlocução de pequenos grupos etc. Cada um desses grupos tem origens, ideologias, instituições de apoio e trajetórias históricas diferenciadas.⁴⁴

Embora tenham origens e histórias diferentes, os constituintes, através da articulação em redes, se organizaram em torno de um adversário e construíram um movimento comum cuja unidade em meio à diversidade será discutida mais adiante.

A partir de todas essas mobilizações nas várias cidades do mundo onde haveria uma reunião de cúpula, o que em algum tempo poderia exaurir o Movimento, surgiu a idéia, de um brasileiro, de criar o Fórum Social Mundial (FSM). Em fevereiro de 2000, Oded Grajew, do Instituto Ethos, expôs a idéia a Bernard Cassen, do *Le Monde Diplomatique*, que a aceitou e propôs a realização do Fórum no Brasil, por ser um país do Terceiro Mundo, e em Porto Alegre por suas políticas democráticas. O local e a data, coincidindo com o Fórum Econômico Mundial, confeririam um efeito simbólico ao Fórum Social Mundial. Segundo Sérgio Haddad, um dos organizadores, a idéia era fazer algo mais que manifestações de massa, eles queriam agregar uma perspectiva positiva.⁴⁵

Parecia possível ir além das manifestações e protestos de massa e oferecer propostas específicas, buscar respostas concretas ao desafio de se construir 'um outro mundo', onde a economia servisse às pessoas e não o contrário. A idéia era, com a participação de todas as organizações com as quais já tínhamos contato nos protestos, coordenar um outro tipo de reunião em escala mundial: o Fórum Social Mundial, dirigido às preocupações sociais.⁴⁶

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ Um outro mundo é possível. *Ode*, Encarte: Fórum Social Mundial 2003, São Paulo, p.2, fevereiro 2003.

⁴⁶ *Op.cit.* p.3.

O acolhimento da idéia demonstrou o amadurecimento do movimento e o desejo de concretizar as ações contra a globalização. Ademais, as escolhas simbólicas - Brasil, Porto Alegre e a data do Fórum Econômico Mundial – confeririam conteúdo a essa dialética.

2.2. De Chiapas a Porto Alegre – a cronologia do Movimento Antineoliberalização⁴⁷

Em 1996: em Chiapas, no México, o movimento antiglobalização começa a se esboçar com o Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, organizado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional. A partir de então, seguem-se campanhas e manifestações, organizadas por redes de movimentos sociais, sindicatos e ONGs, nos Estados Unidos e na Europa.

Em 1997: a ONG australiana Global Trade Watch, que luta por um comércio sustentável e democrático, organiza campanha nos Estados Unidos contra a Organização para Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE); sindicatos e organizações de direitos humanos realizaram a Marcha Européia contra o Desemprego; a III Cúpula Sindical, em reunião no Brasil e paralela à reunião ministerial da ALCA, formou a Aliança Social Continental; e em Barcelona, realização do Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. “Formação do Jubileu 2000, constituído por organizações cristãs e sociais que reivindicam o cancelamento da dívida externa”⁴⁸ e proposição da Ação Global dos Povos, que não se constitui em uma organização, mas em uma “coordenação mundial de resistência contra o mercado globalizado”⁴⁹.

Em 1998: realização de vários eventos como, campanha contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), na publicação do Acordo pela OCDE em fevereiro e

⁴⁷ GOHN, Maria da Glória. De Seattle a Gênova: uma radiografia dos movimentos antiglobalização. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 janeiro 2002, Caderno MAIS!, p. 2. Disponível em: <<http://www.espdh.hpg.ig.com.br/noticia3.html>>. Acesso em: 21 fevereiro 2005.

LEITE, José Corrêa. *Op. cit.* p.152-156.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ www.agp.org. Acesso em: 03 junho 2005.

Cúpula dos Povos das Américas paralela à II Cúpula Presidencial das Américas. Em Paris, realizado protesto contra o AMI durante a reunião da OCDE em abril; em Birmingham e em Genebra, durante o II Encontro Anual do G-8 e o II Encontro Ministerial da OMC, também foram realizados outros protestos. Fundação da ATTAC, ONG que luta pela taxação das transações financeiras (Taxa Tobin); em todo mês de outubro “são realizados protestos contra o AMI em diversos países. A OCDE terminou suspendendo as negociações sobre o acordo”⁵⁰ – temos aqui uma vitória concreta do Movimento.

Em 1999: organização de vários eventos como, “O outro Davos”, encontro internacional realizado em Zurique e simultâneo ao Fórum Econômico Mundial; realização do Encontro Internacional “Um outro mundo possível”, organizado por várias ONGs e sediado em Paris; Primeiro Grito dos Excluídos Latino-Americano; e Encontro Internacional pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo em Johannesburgo. Organização de protestos em centros financeiros de todo o mundo e em Seattle, nos Estados Unidos, os protestos contra a Roda do Milênio durante a Terceira Conferência Ministerial da OMC interromperam as negociações no segundo dia da cúpula. Marco das grandes manifestações de protesto do movimento com cem mil manifestantes, indicando o poder de articulação e mobilização das redes de movimentos. “Suas reivindicações ainda eram difusas, questionavam a globalização econômica e demarcaram um novo ciclo de protestos e mobilizações, trazendo de volta, para a cena política, os movimentos sociais”.⁵¹

Em 2000: realização de mais protestos, em Davos, na Suíça, durante a reunião do Fórum Econômico Mundial; em Washington com dez mil manifestantes, durante a reunião do FMI e do Bird; em Colônia, na Alemanha, contra o G-8; em Bangcoc, durante a reunião da Unctad; em Chiang Mai, Tailândia, durante a reunião anual do Banco Asiático de Desenvolvimento; em Windsor, Canadá, contra a reunião da OEA e em Bolonha, Itália, na reunião da OCDE. Realização de eventos como, Marcha Mundial de Mulheres 2000, realizada com diversas atividades entre março e

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ GOHN, Maria da Glória. De Seattle a Gênova: uma radiografia dos movimentos antiglobalização. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 janeiro 2002, Caderno MAIS!, p.2. Disponível em: <<http://www.espdh.hpg.ig.com.br/noticia3.html>>. Acesso em: 21 fevereiro 2005.

outubro; Cúpula Alternativa à II Cúpula Social da ONU; Encontro Internacional contra a Mundialização Financeira; e dias de Ação Global com mobilizações em todo o mundo. Realização de protestos, em Okinawa, pela anulação da dívida dos países do Terceiro Mundo e pela retirada das bases militares americanas do Japão durante a reunião do G-7; em Melbourne, durante o Fórum Econômico (com protesto de 300 ONGs); em Praga, no encontro do FMI e do Bird, com manifestantes de 54 países; em Nice, na conferência de cúpula da União Européia; e em Dacar, Encontro Internacional Dacar 2000, pela a anulação da dívida e abandono dos programas de ajuste no terceiro Mundo. Graças às várias manifestações, “o movimento teve uma primeira vitória: anunciou-se um esquema para o perdão da dívida de 23 países paupérrimos, denominados como HIPC’s -Países Pobres Altamente Endividados”.⁵²

Em 2001: o movimento ganha força política e um novo ciclo se inicia com o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no mês de janeiro. “O grande tema do evento foi o da desigualdade nas relações comerciais entre os países. Antes do movimento antiglobalização o tema gerador das discussões sobre as causas das desigualdades socioeconômicas era o da dívida externa”.⁵³ Ainda este ano outras mobilizações aconteceram no mundo: em Nápoles, contra o encontro do Global Fórum sobre transformação do Estado e *e-governance*; em Buenos Aires, contra a ALCA; em Québec, contra a Cúpula das Américas; em Salzburgo, na Áustria, durante o Fórum Econômico Europeu; em Gotemburgo, durante reunião para discutir a ampliação da União Européia; e em Gênova, durante a reunião de cúpula do G8, com a presença de cerca de cem mil pessoas, de diferentes partes do mundo. Esta manifestação foi marcada pelo excesso de violência do Estado contra os manifestantes que provocou marchas em várias partes do mundo para protestar. Realização do Fórum Social Barcelona.

Em 2002: o crescente grau de violência e o 11 de setembro de 2001 levaram o movimento a repensar suas estratégias e a agir de forma mais propositiva, o que levou ao fortalecimento do Fórum Social Mundial e a realização de vários outros fóruns

⁵² *Ibid.*

⁵³ *Ibid.*

sociais regionais. Ainda neste ano houve manifestações e protestos antineoliberais e contra a guerra.

2.3. A instauração do Fórum Social Mundial

Para que a idéia de criar o Fórum Social mundial se concretizasse o mais rápido possível, deu-se início à tarefa de reunir, no Brasil, organizações que aceitassem o desafio. Em 28 de fevereiro de 2000, em São Paulo, representantes de oito organizações assinaram um Acordo de Cooperação para a realização do Fórum Social Mundial. Essas oito organizações constituíram, inicialmente, o Comitê Organizador do Fórum, que coordena a construção e internacionalização do FSM e dá suporte às suas atividades. São elas:

1. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

O MST é o maior movimento social da América Latina e um dos mais bem-sucedidos movimentos rurais do mundo.⁵⁴

2. IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

O IBASE estuda os dados orçamentários e o processo de tomada de decisão nas políticas locais relacionadas à infância. Esse trabalho se concentra na falta de fundos para os governos locais no Brasil e os movimentos sociais relacionados. A organização possui um projeto que visa construir, a partir de dados brutos, indicadores que auxiliem os tomadores de decisões a fazer escolhas com base na real situação do povo, suas necessidades e nos serviços públicos atualmente oferecidos.⁵⁵

3. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Organização que atua contra violações de direitos humanos no Brasil.⁵⁶

⁵⁴ Um outro mundo é possível. *Ode*, Encarte: Fórum Social Mundial 2003, São Paulo, p. 4, fevereiro 2003.

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ *Ibid.*

4. ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

Representar coletivamente os interesses das ONGs brasileiras. Conta com mais de 250 associações afiliadas e promove a comunicação e relações entre ONGs dedicadas a fortalecer a democracia e os direitos civis. As organizações membros atuam na área de desenvolvimento regional, direitos humanos, política pública e questões agrícolas, urbanas, ecológicas e ambientais.⁵⁷

5. CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz

Organização laica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), atua em todos os problemas de justiça – de questões de terra à violência policial. Também Conduz, com outras 50 organizações, uma campanha nacional contra a corrupção eleitoral, tendo utilizado a Lei de Iniciativa Popular para modificar a legislação eleitoral e organizar comitês populares para o controle das eleições.⁵⁸

6. CUT – Central Única dos Trabalhadores

A CUT foi estabelecida em 1983 para assegurar aos trabalhadores direitos como: melhores condições de vida e de trabalho, oportunidades iguais e direitos civis.⁵⁹

7. ATTAC – Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos

A ATTAC apóia a criação de um movimento internacional pelo controle democrático do mercado financeiro e de suas instituições. Ela vem desenvolvendo uma rede sem estruturas hierárquicas ou centros geográficos.⁶⁰

8. CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

Esta organização deseja ajudar a criar um modelo econômico e político que dê direitos e oportunidades iguais a todos os níveis da sociedade. Ela atua no campo dos direitos civis e questões sociais e éticas no que tange a assuntos legais.⁶¹

⁵⁷ Um outro mundo é possível. *Ode*, Encarte: Fórum Social Mundial 2003, São Paulo, p. 4, fevereiro 2003.

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ *Ibid.*

O Comitê Organizador é composto por vinte e uma entidades, mais dois comitês menores e grupos de trabalho. Além dele, há o Conselho Internacional que é composto pela Secretaria Internacional do Fórum Social Mundial, Comitê Organizador Brasileiro, Comitê Organizador Indiano, redes temáticas, movimentos e organizações. O Comitê Internacional é uma instância política e operacional que contribui para a definição estratégica de mobilização do FSM. Sua ação favorece a interlocução entre as organizações e a organização de fóruns regionais.

Entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, realizou-se, em Porto Alegre, o Primeiro Fórum Social Mundial, com grande participação de ONGs internacionais, entidades de vários países, imprensa e intelectuais ligados ao movimento.

As atividades foram intensas e envolveram conferências, painéis, mesas de diálogo e controvérsia, testemunhos, atividades culturais, preparados pelos organizadores, e oficinas e seminários, preparados livremente pelos participantes. A organização de atividades livres oferecidas aos participantes é igualmente importante às atividades oferecidas pelo Comitê Organizador e ilustra a participação democrática de todos no evento, consolidando-o, desde o início, como “um espaço aberto para discutir os problemas criados pelo sistema liberal dominante e para buscar novas questões para a construção um mundo novo”.⁶²

A metodologia aplicada para a elaboração dos trabalhos é a consulta temática, através da qual os participantes inscrevem os temas que gostariam de ver discutidos. Com os temas, é formado um banco de dados que pode ser acessado e servir de base para aglutinar os participantes em torno dos temas que querem trabalhar.⁶³

Os números relacionados ao FSM crescem a cada ano demonstrando seu potencial de agregação e sua capacidade de alcançar e mobilizar as pessoas. Em 2001, foram aproximadamente 20.000 pessoas, dentre as quais, 4.700 delegados de entidades de 117 países e 1.870 jornalistas credenciados. O FSM 2002, realizado entre 31 de janeiro e 05 de fevereiro, contou com 12.274 delegados de 123 países, 3.356 jornalistas e um total de mais de 50.000 participantes. Em 2003, entre os dias 23

⁶² *Op.cit.* p. 3.

⁶³ <www.forumsocialmundial.org.br>. Acesso em: 20 janeiro 2005.

e 28 de janeiro, o número de participantes dobrou para 100.000 pessoas, com 20.000 delegados de 123 países e mais de 4.000 jornalistas. Em 2004, o FSM foi realizado em Mumbai, Índia, entre 16 e 21 de janeiro e seus números, ainda expressivos, foram menores, provavelmente, devido à localização. Foram 74.126 participantes, com 1.653 organizações de 117 países e 3.200 jornalistas. Em 2005, novamente e pela última vez, de forma centralizada, em Porto Alegre, entre 26 e 31 de janeiro, foram 155.000 participantes e a marcha de abertura contou com 200.000 pessoas, delegados de 135 países e 6.880 jornalistas.⁶⁴

Paralelamente ao FSM, ocorrem outras atividades, como o Fórum de Autoridades Locais, o Fórum Parlamentar Mundial, o Fórum Mundial de Juízes, e o Acampamento Intercontinental da Juventude, já incorporado à programação oficial do FSM.⁶⁵ Os três primeiros são iniciativas autônomas, mas são espaços de diálogo com o FSM, evidenciando o potencial de interação e influência nas esferas do poder constituídas formalmente.

A disseminação de fóruns locais, regionais ou temáticos nos mesmos moldes do FSM torna-se um bom indicador da força política que o Fórum gera. Seu poder aglutinador em torno de si mesmo cresce anualmente e sua influência nos demais fóruns, realizados em todos os continentes, não poderia ser diferente. Esta organização das forças sociais em torno de um objetivo tem o poder de transformar a sociedade civil global em uma sociedade política para além dos Estados e Partidos. Uma sociedade política que não busca alcançar o poder, mas transformar um *status quo* através de instrumentos como a informação e a mobilização. Ainda que não seja de responsabilidade do Conselho Internacional do FSM, tais fóruns temáticos espalham o ideal e acabam influenciando, em nível regional, as pessoas a participarem mais ativamente de reivindicações sociais. As organizações que participam do FSM e levam a experiência para os locais onde atuam funcionam como entes multiplicadores e democratizantes junto a outras organizações que não podem participar do FSM.

⁶⁴ <www.forumsocialmundial.org.br>. Acesso em: 20 janeiro 2005.

⁶⁵ *Ibid.*

2.4. A coesão do Movimento Antineoliberal

O Movimento Antineoliberal propõe alternativas baseadas na solidariedade, justiça, igualdade social e respeito às culturas, em substituição ao atual modelo de globalização baseado na exploração e na opressão. Mesmo contando com uma composição tão diversa, com diferentes entidades, o clamor levantado é compartilhado por todos os seus integrantes, que contestam as relações comerciais desequilibradas entre os países, pedem o perdão da dívida externa dos países pobres, e condenam a exploração depredadora do meio ambiente e a crescente concentração de poder financeiro, político e tecnológico com o aumento do abismo entre ricos e pobres. Por essa razão, conseguiu reunir em uma só voz as várias demandas pertinentes a um modelo de desenvolvimento injusto e excludente e mostrou sua força organizativa “tanto na forma de operar, nas ruas, quanto no conteúdo do debate que trouxe à tona: o modo de vida capitalista ocidental moderno e seus efeitos destrutivos sobre a natureza. O movimento antiglobalização criou um novo ator sócio-político de caráter mundial”.⁶⁶

Uma das questões principais no movimento é a sua coesão, já que ele é constituído por entidades variadas que defendem objetivos diferentes. Como “um laboratório vivo da cidadania mundial”,⁶⁷ o FSM é o espaço de convergência dos vários movimentos que se articularam nas manifestações de rua contra as políticas neoliberais e de outros movimentos e organizações que queiram juntar-se neste propósito. Ele estimula a troca de experiências e o diálogo para que seus participantes coordenem seus protestos e ações, aumentando a coalizão dentro do movimento global. Seu caráter plural, ainda que gere algumas contradições, contribui para a unidade do movimento; reforça “a articulação das lutas e constrói uma maior identidade

⁶⁶ GOHN, Maria da Glória. De Seattle a Gênova: uma radiografia dos movimentos antiglobalização. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 janeiro 2002, Caderno MAIS!, p.1. Disponível em: <<http://www.espdh.hpg.ig.com.br/noticia3.html>>. Acesso em: 21 fevereiro 2005.

⁶⁷ GRZYBOWSKI, Cândido. Por que pensar o Fórum Social mundial? *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n.14, p.3, janeiro 2003.

política entre aqueles que buscam uma alternativa ao neoliberalismo”;⁶⁸ e fortalece a teia cidadã iniciada antes do FSM, que não deixará de ser resistente pela diversidade de atores sociais. A unidade não pressupõe a ausência de conflitos. Dada a pluralidade de identidades é certo que eles devem ocorrer, mas o objetivo maior – unir forças contra a globalização neoliberal - deve estar em primeiro plano. A liberdade que cada um tem de expressar e compartilhar suas experiências, e isto ocorre nas várias atividades desenvolvidas dentro dos eixos temáticos trabalhados, enriquece o processo como uma instância verdadeiramente democrática.

A partir do II Fórum, o FSM legitimou-se como um:

espaço de expressão positiva da diversidade, fonte de força e riqueza do movimento. Isso permitia que culturas políticas diferentes convivessem e uma identidade comum fosse sendo forjada nesse horizonte de experiências conjuntas, em um clima de respeito mútuo. O movimento global avançou no método que preside o Fórum, preservando as identidades particulares de seus componentes, mas possibilitando que elas se integrassem em um grande movimento aberto, do qual todos eram artífices – plural no ponto de vista político e ideológico, mas nem por isso menos comprometido com as lutas dos que resistem à exploração, à injustiça, e à opressão.⁶⁹

O FSM está apoiado em sua Carta de Princípios, que foi estabelecida após o Fórum de 2001. Ela diz, entre outras coisas, que o FSM é um espaço aberto para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes; que ninguém está autorizado a exprimir, em nome do Fórum, posições que pretendam ser de todos os seus/suas participantes e que ele não se constitui em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em

⁶⁸ LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003, p.67.

⁶⁹ *Ibid.*

única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.⁷⁰ Este caráter aberto, não deliberativo e que rejeita a disputa de poder, se perdurar, fará com que o FSM se consolide como um processo coeso auxiliado pela organização em redes dos movimentos.

A Carta de Princípios está se revelando a peça-chave na engenharia política do FSM. Nela, estão definidos os valores éticos que nos unem e o ponto até onde vai a nossa diversidade. (...) Não são ideologias que nos unem no FSM, mas sim tais princípios e valores. (...) No FSM, encontram-se e são desafiados a se respeitar mutuamente diversos atores e sujeitos.⁷¹

A coesão do FSM é alimentada pela identidade coletiva de seus vários constituintes, forjada tanto pela identidade já existente, formadora de cada movimento quanto pela identidade que se formou ao longo do processo de constituição do movimento antineoliberal, identidade esta que pode não estar acabada, mas em estado de construção. As constantes interações em redes, que possibilitam diversas trocas, sejam de conhecimento, de experiências ou de qualquer outra coisa, facilitam o processo de solidariedade entre seus diversos elementos e estes podem acabar assumindo, de forma empática, as causas dos demais movimentos. Pois, como bem expressa Melucci,

A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores. Processos de mobilização, formas

⁷⁰ Um outro mundo é possível. *Ode*, Encarte: Fórum Social Mundial 2003, São Paulo, p. 6-7, fevereiro 2003.

⁷¹ GRZYBOWSKI, Cândido. Por que pensar o Fórum Social mundial? *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n.14, p.6, janeiro 2003.

organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análise significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo.⁷²

As características encontradas nos movimentos contemporâneos, como uma composição por “unidades diversificadas e autônomas, que dedicam à sua solidariedade interna uma parte importante de seus recursos;”⁷³ o contato entre as células através de intercâmbio e de uma rede de comunicação; e uma liderança não concentrada, “favorecendo uma certa homogeneidade do conjunto,”⁷⁴ podem ser transportadas para o FSM na tentativa de entender sua coesão, pois, como um processo global que reúne inúmeros movimentos com essas características, ele os reflete em sua organização.

O processo metodológico utilizado no FSM pode ser o caminho para que o movimento fortaleça sua coesão baseada na unidade e não na unanimidade, “trabalhando principalmente os instrumentos da democracia participativa e deliberativa e as metodologias de ‘desacordos fecundos’, já praticados no seio de diversos coletivos do movimento”.⁷⁵ O espaço e a liberdade de que goza cada entidade participante, oferecem a elas o direito de contribuir com o que são e, assim, serem autores de um experimento que possa fortalecer a democracia. Um experimento no qual elas possam reconhecer-se como autores e sentir-se pertencentes como atores na construção do que acreditam.

A força e a rapidez com que a onda neoliberal tomou todo o mundo não foi surpreendente, dadas as condições facilitadoras para que isto ocorresse. O surpreendente foi a ausência, por quase dez anos, de uma força dialética que pudesse substituir o socialismo fracassado. Não sabemos se o Grande Movimento poderá se transformar nessa força, mas ao menos já é uma voz ecoante.

⁷² MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.23.

⁷³ *Op.cit.* p. 95-96.

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ WHITAKER, Celina; VIVERET, Patrick. O que o Fórum Social Mundial traz de novo como modo de atuação política? *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n.14, p.17, janeiro 2003.

A organização e as várias manifestações entre os anos de 1996 e 2001 revelam que a arma que tornou isso possível – tecnologia da informação – pode também ser o grande aliado na divulgação dos ideais do Movimento entre os cidadãos do mundo, e um instrumento de educação política.

Na análise do processo evolutivo do Movimento, podemos observar um amadurecimento de suas estratégias e de sua crescente influência junto à sociedade civil, com o aumento anual de participantes organizados e individuais que se identificam com sua proposta. O respeito à diversidade e a consolidação de sua identidade podem ser os amálgamas principais de uma coesão fundamentada na união em torno de um objetivo, contribuindo para ele conquiste um espaço cada vez maior.

Capítulo 3

Ação Comunicativa dentro e além do Fórum Social Mundial

Como instrumento de ação política o discurso sempre foi pensado por diversos filósofos, que refletiram sobre ele como um dos principais elementos dentro da democracia. Referindo-se ao pensamento grego e à organização política na pólis, Arendt salienta que a ação (práxis) e o discurso (lexis) eram as únicas atividades consideradas políticas e constituintes da vida política grega, o *bios politikos*.⁷⁶

Isso evidencia que a práxis política, em um sistema democrático, vem acompanhada pelo discurso, na medida em que este expressa vontades, necessidades e realizações. Em um contexto político ele se torna um instrumento poderoso, pois está associado à retórica, e esta - entendida como “a arte de falar em público, em oposição à dialética, que era a arte do discurso filosófico, era definida por Aristóteles como a arte da persuasão”⁷⁷, ou ainda como a arte de convencer pelo uso de instrumentos lingüísticos, tendo como objetivo persuadir por meio de discursos⁷⁸ - favorecerá sempre quem a domina através da habilidade lingüística. Como instrumento vinculado à retórica, o discurso pode possuir uma postura unilateral já que carrega uma “verdade maior” e se propõe à persuasão, e tanto mais ele será hegemônico quanto maior for o seu poder de convencer de que a verdade que ele carrega é a melhor. Outra característica que queremos ressaltar no discurso político é que, atualmente, ele nem sempre possui uma boa aceitação, sendo desprovido de autoridade quando a atuação do discursante não condiz com o discurso. Podemos enxergar na prática política atual uma separação entre discurso e ação, assim como

⁷⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 34.

⁷⁷ *Op. cit.* p.35.

⁷⁸ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 856.

na experiência da polis (..), a ação e o discurso separaram-se e tornaram-se atividades cada vez mais independentes. A ênfase passou da ação para o discurso, e para o discurso como meio de persuasão não como forma especificamente humana de responder, replicar e enfrentar o que acontece ou o que é feito.⁷⁹

Assim, contrapomos o discurso ao diálogo, enxergando neste último a forma de ‘responder, replicar e enfrentar o que acontece ou o que é feito’, e o instrumento de trocas de verdades que não se propõem a hierarquias. O diálogo pode fomentar a prática democrática que, em um sistema meramente representativo, através da delegação de poder a representantes eleitos pelo povo, apresenta muitas falhas e não atrai a adesão e o envolvimento das pessoas e, ademais, não abarca toda a diversidade social, ao passo que a democracia participativa, através de instrumentos que possibilitam a participação popular nas decisões políticas, é uma forma mais direta de democracia e “confronta privilegiadamente a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual”,⁸⁰ envolvendo um número cada vez maior de cidadãos em sua diversidade cultural e social. Ela representa um grande passo na consolidação democrática, e para que isto ocorra é necessário transformar a práxis política.

No lugar de discurso podemos ter diálogo, que pressupõe interação e entendimento, e este deve ocorrer primeiramente no nível semântico das palavras para que todos possam estar envolvidos. Seu princípio pressupõe “a tolerância filosófica e religiosa em um sentido positivo e ativo, isto é, não como resignação diante da existência de outros pontos de vista, mas como reconhecimento da sua igual legitimidade e como boa vontade de entendê-los nas suas razões”.⁸¹ O diálogo não exclui o discurso, visto este estar inserido naquele. Porém, o foco deve estar no diálogo e na constante busca de entendimentos multilaterais e de inserção política, submetendo o discurso ao respeito à diversidade.

⁷⁹ ARENDT, Hannah. *Op. cit.* p. 35.

⁸⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 27.

⁸¹ ABBAGNANO, Nicola. *Op. cit.* p. 275.

Pela importância do diálogo e pelo esforço em se chegar ao entendimento através dele é que escolhemos Habermas para refletir de que forma “um outro mundo possível” pode se tornar realidade além dos limites do Fórum Social Mundial. Refletiremos se os movimentos estão agindo comunicativamente dentro do grande Movimento e de que forma eles podem agir fora dele.

3.1. Ação comunicativa entre a práxis e a realidade empírica

A Práxis assumiu uma importância fundamental na teoria marxista, e sua concepção e importância foram sintetizadas quando Marx disse que os filósofos só interpretavam o mundo e o que importava era transformá-lo. Assim, a teoria deveria ser praticada através da ação. O conhecimento e a ação, o sujeito e o objeto tornavam-se indissociáveis. Habermas critica esta concepção de práxis exatamente porque ela se fundamenta em uma relação sujeito-objeto,⁸² e defende a substituição do paradigma do conhecimento de objetos pelo “paradigma do entendimento entre sujeitos capazes de falar e agir,”⁸³ estabelecendo-se, assim, uma relação sujeito-sujeito baseada na “intersubjetividade produzida lingüisticamente.”⁸⁴ Ele identifica a práxis com a técnica, pois, como o progresso técnico-científico converteu-se no principal fator de crescimento econômico e a ele se ajustou o quadro institucional que, visando à conservação e ao crescimento do sistema, reconhece como próprios os fins impostos pelo aparelho técnico. Logo, a política tornou-se gestão do existente e solução administrativa dos problemas técnicos. Desta forma, Habermas propõe que a teoria deve conscientizar-se do sentido da práxis e para isto ela tem necessidade de uma práxis que seja suficientemente prática e não técnica. Como a práxis ainda mantém sua identificação

⁸² STIELTJES, Cláudio. *Jürgen Habermas: a desconstrução de uma teoria*. São Paulo: Germinal, 2001, p. 30.

⁸³ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. P. 413.

⁸⁴ *Op. cit.* p. 415.

com a técnica, ela não existe mais como prática de emancipação ou como consciência crítica dos objetivos da ciência.⁸⁵

Habermas acusa a práxis de se submeter à técnica e, assim, a razão crítica perde sua força na busca da emancipação. Ora, o fundamento da teoria marxista é a emancipação através da práxis, logo, em essência, a práxis em Habermas não se distancia da proposta de Marx, pois ambas são a conjugação da teoria com a prática através de uma razão crítica.

A problemática da emancipação, na questão da soberania da razão tecnicista sobre a razão crítica, é visível quando percebemos que as ações são induzidas pela orientação técnica-instrumental puramente objetiva, sem levar em conta as necessidades subjetivas, mesmo se possuindo conhecimento moral e ético orientador sobre a questão. Segundo Heck, na introdução de uma das obras de Habermas, o livro

pode ser lido como uma tentativa de (...) superar esse impasse da crítica filosófica diante do feixe alternativo das ciências. Isso impõe a Habermas a tarefa de não apenas enfatizar o quanto o saber tecnicista, por exemplo, denega o interesse pela emancipação, mas de detectar possibilidades histórico-reais onde esse interesse não é traído pela eficácia prática senão exercido em seu *status* teórico-orientador.⁸⁶

Enquanto teoria crítica, a teoria habermasiana não se contenta apenas em interpretar, mas procura transformar através da prescrição de uma alternativa. Habermas elabora sua Teoria da Ação Comunicativa a partir da análise das conseqüências da modernidade ocidental sobre as sociedades. A modernidade, segundo Giddens, “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou

⁸⁵ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. Vol.2, p. 990-991.

⁸⁶ HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Guanabara S.A., 1987. Introdução, p.17. *Apud*: STIELTJES, Cláudio. *Jürgen Habermas: A desconstrução de uma teoria*. São Paulo: Germinal, 2001, p. 45.

menos mundiais em sua influência”,⁸⁷ e está baseada na caracterização das novas estruturas sociais pela diferenciação dos sistemas cultura e sociedade “que se cristalizam em torno dos núcleos organizadores da empresa capitalista e do aparelho burocrático do Estado”,⁸⁸ e produziu uma racionalidade técnica-instrumental própria do sistema - Estado e mercado.

Essas estruturas sistêmicas, administrativas e econômicas, se diferenciam entre si e entre o mundo da vida. O subsistema econômico se organiza em torno da lógica estratégica do intercâmbio que permite a comunicação por intermédio do código positivo da recompensa. O subsistema administrativo se organiza em torno da lógica estratégica do poder, que permite a comunicação por meio do código negativo da sanção. O campo da interação social, cujo centro organizador é o consenso normativo gerado a partir das estruturas da ação comunicativa, relaciona-se com as estruturas sistêmicas de formas diferentes.⁸⁹ O campo das interações sociais, ou o mundo da vida como designa Habermas, é composto por áreas “especializadas na transmissão cultural, na integração social e na socialização, elas permanecem dependentes do entendimento mútuo enquanto mecanismo de coordenação da ação”.⁹⁰

Além de não representar uma estrutura dual, no sentido de que as relações sociais não devem se estabelecer apenas na forma bilateral Estado-sociedade, esta análise mostra que as relações diferenciadas abrem espaço para uma negociação sociedade-mercado. Uma sociedade que foca sua ação apenas na interação Estado-sociedade e deixa as questões de mercado para serem equacionadas somente pelo Estado, desconhece seu poder de ação. Muitos dos problemas sociais gerados pela lógica estratégica do mercado podem ser amenizados, e até resolvidos, a partir de uma postura política de cidadãos que cobrem responsabilidade social daqueles que mantêm uma atitude liberal baseada na livre iniciativa e no direito individual e que, em nome do lucro, desprezam as conseqüências de suas ações. Ainda que exista uma relação de cobrança de segmentos da sociedade para com o mercado, esta relação precisa ser

⁸⁷ GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991. P.11.

⁸⁸ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. P. 4.

⁸⁹ HABERMAS, Jürgen. *Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press, 1984, v.2, p. 180-183. *Apud*: AVRITZER, Leonardo. “Sociedade civil: além da dicotomia Estado-mercado”. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 29.

⁹⁰ *Op. cit.* p. 29-30.

aprofundada e expandida para todos os segmentos consumidores, e revista na forma como se processa o consumo. A relação de troca deve ser mediada não apenas na forma de produto-moeda, mas também baseada em todos os custos ambientais e sociais da produção.

O sujeito em Habermas não é um sujeito superdimensionado, único e capaz de constituir-se a si mesmo, mas é um produto da intersubjetividade social. Ele critica esse tipo de sujeito superdimensionado, o proletariado, e defende a idéia de que o meio para a participação democrática e pluralista não é a psicologia das massas, mas a comunicação pública que atinge as massas.⁹¹ Se o sujeito não é superdimensionado, ele deve ser considerado em suas peculiaridades e historicidade para que haja um entendimento entre os diversos sujeitos, pois essa é uma questão subjacente em uma democracia pluralista. “Por Habermas não levar em conta a historicidade do sujeito, as premissas deste autor e o seu lócus para a ética do discurso estão inseridos numa idéia de comunidade ocidental, liberal.”⁹² Por outro lado, não podemos acusá-lo de negligenciar a questão da historicidade por ingenuidade ou qualquer outra razão. Visto que o ponto central na ação comunicativa é a necessidade de entendimento, as diferenças podem ser superadas no entendimento mútuo. Ele não afirma “que as pessoas gostariam de agir comunicativamente, mas que elas são obrigadas a agir assim. (...), quando os indivíduos e os grupos querem cooperar entre si, (...), são obrigados a agir comunicativamente”,⁹³ tendo o interesse comum como uma orientação maior. “Os cidadãos devem orientar-se pelo bem comum e entender-se sobre seus interesses comuns”.⁹⁴ Assim, uma racionalidade voltada para o entendimento e a cooperação deve superar algumas ‘arestas’ que possam impedir o entendimento.

⁹¹ HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p.91.

⁹² SILVA, Marco Antonio de Meneses. *Diálogo*. Teoria das Relações Internacionais II. Notas de aula.

⁹³ HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro*, p. 105.

⁹⁴ *Op. cit.* p. 106.

3.1.1. O uso da linguagem no entendimento

É através da linguagem que se processa a intersubjetividade no mundo da vida, e é ela que leva ao entendimento. O emprego da linguagem voltada para o entendimento, toma como ponto de partida pressuposições pragmáticas, nas quais se faz valer algo parecido com uma razão comunicativa. Ao pensarmos no que estamos dizendo, levantamos em relação ao que é dito a pretensão de que é verdadeiro, correto ou sincero.⁹⁵ O grande problema nessa assertiva é que nem sempre podemos contar com a sinceridade dos falantes e, além desse desequilíbrio de boa fé, há também um desequilíbrio nas formas de expressão, simbolizando as relações hierárquicas de poder e sociais.

Bourdieu aborda os desequilíbrios na comunicação entre sujeitos causados pelas diferenças sociais e compara a comunicação a um mercado, onde as pessoas, detentoras de um capital lingüístico, auferem lucros materiais e simbólicos nas trocas lingüísticas com um consumidor. “Em outros termos, os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos”.⁹⁶

Bourdieu acusa a teoria habermasiana de possuir um “efeito ideológico de absolutização do relativo, (...), a idealização tem o efeito de evacuar praticamente das relações de comunicação as relações de força que aí ocorrem sob uma forma transfigurada”.⁹⁷ Reconhecemos o caráter prescritivo da teoria habermasiana, mas não reconhecemos nela um efeito ideológico, pois ideologia, em uma perspectiva originária, “define-se como representação da realidade cujas idéias estão *dissociadas* dos processos sociais e históricos que compõem os fundamentos concretos dessa realidade”.⁹⁸ Essa teoria não se dissocia, em absoluto, dos processos sociais, ela enxerga neles um poder de realização da linguagem coloquial, “que circula pela sociedade, a qual, do mesmo modo que a mão humana, é capaz de resolver tarefas

⁹⁵ HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro*, p. 98

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p.53.

⁹⁷ *Op. cit.* p. 30

⁹⁸ STIELTJES, Cláudio. *Op. cit.* p. 35.

especialmente complexas exatamente porque não se especializou, nem foi unilateralizada em códigos especiais.”⁹⁹ É exatamente na linguagem coloquial que as pessoas se expressam mais livremente e o entendimento pode ocorrer de forma mais natural. Assim, se os ideais de emancipação querem alcançar as massas, deverão se expressar através desse tipo de linguagem e não apenas na linguagem intelectualizada. Então o ‘capital simbólico’ do saber deverá se democratizar e deixar o pedestal para exercer o que tem prescrito. Neste sentido, a linguagem deve carregar o os ideais emancipatórios, levando em conta as idealizações sociais, de forma clara para alcançar a todos em seus espaços sócio-culturais, onde se processam as interações sociais, fonte de ações que podem ter implicações políticas. A teoria habermasiana enxerga nas trocas intersubjetivas, através da linguagem, um diálogo entre idealizações sociais. Quando ele fala em idealizações, tem “em mente os conteúdos normativos encontráveis em nossas práticas, dos quais não podemos prescindir, porque a linguagem, junto com as idealizações, que ela impõe aos falantes, é constitutiva para as formas de vida sócio-culturais”.¹⁰⁰ Assim, os conteúdos normativos de uma postura emancipatória como a do movimento contra a globalização neoliberal devem comunicar-se com toda a sociedade através de uma linguagem acessível, buscando um intercâmbio através do diálogo e evitando uma imposição ideológica através do discurso puro e simples.

3.2. Ação comunicativa no Fórum Social Mundial

O conceito gramsciano de consenso – articulação pluralista de idéias com o objetivo de se chegar à unidade em meio à diversidade - cabe bem aqui ao que se pretende demonstrar como algo alcançável através da ação comunicativa. Um dos grandes desafios do Fórum Social Mundial é a unidade em meio à diversidade e por esta razão o diálogo é extremamente importante. O diálogo voltado para o entendimento e para a construção de alternativas que se mostrem eficientes

⁹⁹ HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro*, p. 109.

¹⁰⁰ *Ibid.*

determinará o sucesso do movimento que luta por uma globalização que Sousa Santos chama de contra-hegemônica.¹⁰¹ Esse movimento contra-hegemônico deverá utilizar o entendimento dialógico não somente dentro, mas também fora de si como forma de mobilizar as forças sociais para a prática das alternativas propostas por ele.

O diálogo, que pressupõe interação, entendimento e tolerância, deve substituir os discursos ideológicos carregados de argumentos impenetráveis.

Não podemos equiparar o agir comunicativo à argumentação. O agir comunicativo realiza-se normalmente numa linguagem comum e num mundo explorado pela linguagem, pré-interpretado, em formas de vida compartilhadas culturalmente (...); em mundos de vida que são porosos uns em relação aos outros, que se interpenetram e se interligam. (...) As argumentações são formas de comunicação inverossímeis, ou seja, formas de comunicação repletas de pressupostos, verdadeiras ilhas em meio ao mar da práxis.¹⁰²

Segundo Grzybowski, o FSM como método é um enorme desafio devido à amplitude do encontro e da troca entre sujeitos coletivos tão diversos e, muitas vezes, tão desconhecidos entre si. Ele é o espaço para o diálogo e o debate de movimentos clássicos, como os camponeses e os operários, com os novos movimentos sociais, como os movimentos de mulheres, os ambientalistas e as ONGs. Falta pedagogia para tal diálogo, mas ela está sendo criada, mesmo com grandes tensões; o que obriga a revisão de esquemas metodológicos, teóricos e ideológicos.¹⁰³ A julgar pelas ações e princípios que regem o FSM, os seus mais diversos integrantes estão consolidando a tarefa de realizar esse diálogo através de trocas de idéias, conhecimentos e estratégias de ação e, assim, o problema da falta de pedagogia pode ser superado com a identificação de erros a serem eliminados. Ademais, a organização em rede, que com

¹⁰¹ SANTOS, Sousa. *Op. cit.* p.13.

¹⁰² HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro*, p. 106.

¹⁰³ GRZYBOWSKI, Cândido. Por que pensar o Fórum Social Mundial. *Democracia Viva*. Rio de Janeiro, n.14, p. 8, janeiro 2003.

uma estrutura horizontal e policêntrica estimula “mais o relacionamento entre iguais do que entre subordinados e superiores, e as pessoas tendem a se vincular segundo critérios de respeito mútuo, solidariedade e reconhecimento das habilidades”,¹⁰⁴ demonstra uma igualdade de legitimidade e oferece liberdade de comunicação, e a metodologia utilizada, faz do FSM um espaço aberto às atividades auto-gestionadas e trabalhadas de acordo com as propostas temáticas apresentadas pelas organizações, fazem com que as várias organizações avancem muito em

convergências e parcerias que vinham sendo construídas desde o primeiro Fórum. Tal foi o caso, por exemplo, das organizações que trabalham visando a proteção do bem comum da humanidade constituído pela água. Ou daquelas que lutam pela anulação da dívida externa dos países do Terceiro Mundo – estas conseguiram identificar suas divergências, avançar na superação dessas divergências e construir novos planos de ação em comum. Muitas lutas de movimentos sociais – como por exemplo contra a Alca – avançaram bastante em articulação.¹⁰⁵

O estabelecido na Carta de Princípios do Fórum Social Mundial, nega ao FSM um caráter representativo e a sua constituição em instância de poder, bem como motiva o conhecimento e o reconhecimento mútuo dos movimentos e entidades participantes¹⁰⁶ e a estruturação do movimento em rede equilibra as relações entre seus diversos integrantes contribuindo para o entendimento intersubjetivo. A construção do entendimento e a superação das divergências são esperadas porque o FSM possui uma estrutura que contribui para isto, e são necessárias para que o movimento se fortaleça entre a sociedade.

¹⁰⁴ MOREIRA, Teresa. *Redes: um novo exercício de cidadania*. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br>>. Acesso em: 26 maio 2005.

¹⁰⁵ WHITAKER, Chico. *Fórum Social Mundial de 2005 – avanços e perspectivas*. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>> Acesso em: 20 julho 2005.

¹⁰⁶ *Carta de Princípios do Fórum Social Mundial*. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>> Acesso em: 20 julho 2005.

A interação intersubjetiva, através do agir comunicativo, é facilitada pelos objetivos comuns dos integrantes do FSM, que procuram alinhar suas ações dentro de um escopo concernente a cada movimento. Além disso, no espaço do Fórum é evitada a organização hierarquizada das relações, o que contribui para o entendimento mútuo. Portanto, o contexto em que ocorrem as interações intersubjetivas dentro do FSM é diferente daquele em que ocorrem as demais interações sociais nas quais, segundo Bourdieu,

as estratégias lingüísticas dos diferentes agentes dependem estreitamente de sua posição na estrutura de distribuição do capital lingüístico que, como se sabe, por intermédio da estrutura das oportunidades de acesso ao sistema escolar, depende, por sua vez, da estrutura das relações de classe.¹⁰⁷

Em Habermas, temos que o agir comunicativo ocorre quando os atores procuram harmonizar internamente seus planos de ação e buscar seus respectivos objetivos na condição de um acordo existente ou que seja negociado sobre a situação e as conseqüências esperadas. Os atores devem ter a capacidade de agir visando um objetivo e o interesse em executar seus planos de ação.¹⁰⁸ Desta forma, a ação comunicativa é a única forma para que o FSM seja bem sucedido como um espaço político mundial de movimentos tão diversos em suas lutas, mas que possuem um objetivo comum que é uma globalização mais democrática. Os vários líderes de movimentos, ativistas e intelectuais que se propõem a essa luta possuem a capacidade de agir comunicativamente através do diálogo e, para atingir seus objetivos, precisam descartar certos discursos ideológicos que possam dificultar a harmonização de seus planos. A transformação de uma situação opressora exige a transformação pessoal

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.* p. 52.

¹⁰⁸ HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 165.

daqueles que lutam contra a opressão, presente nas várias formas de exclusão e na pressão exercida pela globalização neoliberal sobre um número cada vez maior de pessoas, e que o movimento antineoliberal combate. A construção de forças dentro de um movimento que prega a solidariedade perpassa pela renúncia de posições unilaterais que se arrogam uma importância maior dentro de uma hierarquia. É necessário pensar a questão da “transformação pessoal e da mudança coletiva por uma real qualidade democrática e de relacionamento, o que supõe também modificar nossa própria relação com o poder, dando-lhe novamente seu sentido de criação com o outro, e não de dominação sobre o outro”.¹⁰⁹

O FSM, como um espaço de encontro e de busca por alternativas, possui a capacidade não só para fomentar e enriquecer o debate e o diálogo político entre os diversos segmentos da sociedade, mas também de gerar novas práticas, e isto requer posições equilibradas e horizontais sem as quais há o risco de o Fórum se transformar num espaço partidarizado. Para que isto não ocorra é necessário perseguir constantemente o entendimento com diálogo e interações de práticas políticas.

3.3. Ação comunicativa além do Fórum Social Mundial

Cohen e Arato identificam uma das dimensões do mundo da vida com a sociedade civil, pois nessa dimensão “incluirmos as instituições e formas associativas que requerem a ação comunicativa para a sua reprodução e contam com os processos de integração social para a coordenação da ação no interior das suas estruturas.”¹¹⁰ Se a sociedade civil faz parte de um processo que requer uma racionalidade comunicativa, ela detém o meio para chegar às pessoas e realizar a educação necessária para a ação política. Habermas diz que o veículo para uma participação democrática é uma comunicação pública que atinja as massas¹¹¹, logo uma boa maneira para isto seria a

¹⁰⁹ WHITAKER, Celina; VIVERET, Patrick. O que o Fórum Social Mundial traz de novo como modo de atuação política?. *Democracia Viva*. Rio de Janeiro, n.14, p. 17-18, janeiro 2003.

¹¹⁰ COHEN, Jean L., e ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992, p. 429. *Apud*: AVRITZER, Leonardo. “Sociedade civil: além da dicotomia Estado-mercado”. In: AVRITZER, Leonardo (coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 37.

¹¹¹ HABERMAS, Jürgen. *Passado como futuro*, p.91.

utilização de uma imprensa livre e alternativa, e muitos dos novos movimentos e organizações que lutam contra a hegemonia neoliberal detêm meios para a implantação de uma experiência nesse sentido. Com uma ação coordenada através de redes, a sociedade civil pode, além de uma integração entre seus movimentos e entidades, democratizar o conhecimento de práticas político-econômicas hegemônicas e coordenar as ações necessárias para uma maior participação popular nas demandas sociais tanto no interior do mercado quanto dentro do sistema político.

A presença de intelectuais no Fórum Social Mundial é muito forte. De todas as partes do mundo eles trazem suas idéias de como alcançar 'um outro mundo possível', e eles podem dar sua parcela de contribuição para isto se atuarem como os intelectuais orgânicos gramscianos. As alternativas apontadas por eles precisam ser democratizadas não só através de meios de comunicação de massa, mas também por meio de uma linguagem simples, que alcance a todos. Seu discurso precisa ser coloquializado para que todos possam ter condições de um diálogo mais rico e que fomenta a busca de tais alternativas.

Já podemos ver surgir idéias que estão se concretizando no intuito de difundir os ideais dos movimentos sociais no âmbito do Fórum Social Mundial, como a Universidade Popular dos Movimentos Sociais. O objetivo desta universidade será formar ativistas e lideranças comunitárias, de movimentos sociais e de ONGs e promover o encontro entre a teoria e a prática dos movimentos que lutam contra a globalização neoliberal.¹¹²

Com a autonomia de um espaço político pertencente às sociedades complexas denominado por Melucci de espaço público de representação "distinto das instituições de governo, do sistema dos partidos e dos aparatos de Estado, mas que faz parte do sistema político, entendido, em sentido analítico, como o nível das decisões normativas de uma sociedade",¹¹³ a sociedade civil, como vem se organizando nos últimos tempos através de redes transfronteiriças, ganha forças no cenário político internacional na medida em que mobiliza seus militantes contra as

¹¹² SANTOS, Boaventura de Sousa. Universidade Popular dos Movimentos Sociais. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n.14, p.79, janeiro 2003.

¹¹³ MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.139.

práticas do poder estabelecido. Mas há um outro potencial que deve ser analisado na composição dessa sociedade civil planetária, que é o ideal da participação política democrática. Assim como os movimentos sociais cresceram, se diversificaram e se transnacionalizaram marcando uma transformação da sociedade civil, a tendência desta é caminhar no sentido de envolver mais e mais pessoas na participação política. Esse espaço público de representação

é estruturalmente ambivalente porque exprime o duplo significado dos termos representação e participação. A representação é *apresentação*, capacidade de voz a demandas e interesses, mas é também *representação*, imagem e fantasma de uma realidade que permanece diversa e nunca inteiramente ouvida. Assim, a participação significa, contemporaneamente, *tomar parte*, isto é, agir para promover os interesses e as necessidades de um ator; mas também *fazer parte*, reconhecer o pertencimento a um sistema, identificar-se com os 'interesses gerais' da comunidade. Essa ambivalência insuperável do 'político' não é uma ameaça, mas a condição para a ação criativa.¹¹⁴

A função principal desses espaços públicos dentro do que Melucci propõe é

de tornar visíveis e coletivas as questões consideradas importantes pelos movimentos; não de institucionalizar os movimentos, mas de permitir que toda a sociedade assuma, como seus, os dilemas que atravessam. Que a sociedade os assuma como seus significa que os submeta à negociação e à decisão e os transforme em possibilidade de mudança.¹¹⁵

¹¹⁴ MELUCCI, Alberto. *Op. cit.* p.139.

¹¹⁵ *Ibid.*

Mais do que um entendimento mútuo dentro do espaço do FSM, o grande desafio dos movimentos é fazer a sociedade assumir os dilemas do neoliberalismo e submetê-los à negociação. De que forma fazer isto se a arena social é um universo muito maior do que o representado pelo FSM e as relações se realizam de maneira hierarquizada, tanto na forma lingüística quanto em muitas outras formas, onde “o peso dos diferentes agentes depende de seu capital simbólico, isto é, do reconhecimento, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo”¹¹⁶?

No universo social podemos visualizar os desequilíbrios lingüísticos, decorrentes das diferenças de classes, analisados por Bourdieu. Daí a necessidade de uma ação direta dos movimentos não só através da comunicação, criando uma intersubjetividade, mas da educação política com uma agenda voltada para o debate público para que haja um entendimento comunicativo entre a sociedade civil que está se organizando nos vários fóruns espalhados pelo mundo e a sociedade de forma geral. Para que esta reconheça a luta contra a hegemonia neoliberal e a assuma como sua.

O essencial é dotar o processo do FSM de uma capacidade de criar agenda política para fora e de renovação teórica e prática para dentro. Precisamos juntar nossas capacidades específicas para tanto. Temos intelectuais e acadêmicos que podem passar a contribuir em torno aos déficits teóricos e analíticos que constatamos. Temos experiência educativa e participativa para potencializar a troca entre movimentos diversos pelas causas que abraçam, por sua composição ou por sua origem geográfica e cultural. Precisamos, também, dar atenção particular para o modo como criamos ressonância no debate público. O impacto e a ampliação do FSM passam, em grande parte, pelo modo que a nossa forma de pensar o mundo repercute na grande mídia – espaço de disputa política essencial sobre visões e alternativas. Com tais iniciativas, podemos alimentar uma horizontalidade de produção intelectual que permita a cada um e a cada uma, onde estiver, sentir-se sujeito e artífice de um grande movimento de idéias.¹¹⁷

¹¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.* p.27.

¹¹⁷ GRZYBOWSKI, Cândido. *Op. cit.* p. 9.

O discurso neoliberal procura convencer a todos de que sua lógica é natural e inevitável. Cabe à sociedade civil desconstruir esse discurso, convocando toda a sociedade a participar de fóruns locais, democratizando a produção intelectual gerada a partir dos movimentos e construindo uma imprensa alternativa.

A sociedade civil possui o potencial de resgatar os vínculos do sujeito com a comunidade local que se perderam no processo político representativo. Além de produzir uma práxis política que vai além de meros discursos, a atuação de movimentos sociais, ONGs e outras entidades da sociedade civil representa uma forma de participação política que precisa ser difundida. Sua representação dentro do universo social ainda é pequena, e a maneira como a sociedade civil, nas suas articulações em redes em todo o mundo, se conduzir nas próximas décadas vai determinar o aumento da atuação do cidadão comum nas questões políticas.

A consolidação do Fórum Social Mundial e o crescimento no número de outros fóruns sociais espalhados pelo mundo pode ser a evidência de que os vários movimentos participantes estão caminhando para um arranjo de ações e estratégias para enfrentar aquilo a que eles se propõem. A intersubjetividade comunicativa nas relações horizontais estabelecidas dentro do FSM contribui para essa consolidação.

Os debates e propostas produzidos no FSM e demais fóruns temáticos e regionais devem ser difundidos em larga escala para que a apatia da sociedade dê lugar ao questionamento e à ação. Deve-se buscar o apoio de quem realmente tem força diante do capital, o consumidor, e transformá-lo em um consumidor cidadão e consciente. Dar-lhe a consciência de que ele pode influenciar, de alguma forma, no processo ao deixar de consumir de empresas que não possuem responsabilidade social.

Questões defendidas pelas políticas neoliberais e que afetam profundamente o bem-estar da humanidade devem ser conhecidas não só por ativistas e intelectuais que compõem o movimento ou por pessoas que têm acesso livre à informação, mas também por pessoas comuns que, de alguma forma não detém informação. Essa concentração informacional reflete o déficit educacional e contribui para o acúmulo do 'capital lingüístico'.

Podemos identificar as categorias analíticas de Habermas e Bourdieu mais ou menos presentes de acordo com o contexto social envolvido. O entendimento comunicativo exige uma disposição para que ele ocorra e pode ser facilmente alcançado em relações sociais mais homogêneas, onde não há tanta estratificação social e as trocas lingüísticas não refletem as diferenças de classes.

Conclusão

A importância da sociedade organizada em defesa do interesse público, que se forma através de uma subjetividade coletiva que faz o indivíduo subjugar o interesse individual em favor do interesse geral, deve ser considerada na análise da política. A forma como uma sociedade lida com seus conflitos determina o grau de controle que ela possui do processo político, e quanto maior a sua participação, mais ela estará avançando para a superação de sistemas políticos ineficientes e elitistas que perpetuam a exclusão social. Assim, a crescente interação da sociedade civil para além das fronteiras configura uma forma nova de associação política internacional, o que deve ser encarado como uma evolução nas relações internacionais tão presas à figura do Estado.

A criação de um espaço que reúna as diversas formas de representação social e que fortaleça a luta dessas representações por justiça social em escala global, consolidará no cenário da política internacional este ator chamado sociedade civil planetária abrindo espaço para que mais pessoas possam participar do processo. A questão que precisa ser focada para que isso ocorra é a do conhecimento, principal recurso para uma ação coletiva. Assim, espera-se que uma sociedade organizada, que trabalha na era da informação possa utilizar meios para democratizar o conhecimento e convocar as pessoas a uma ação emancipatória.

O entendimento comunicativo através do diálogo precisa ser exercido para que haja um avanço no processo de participação democrática e a justiça social possa ser alcançada. A sociedade civil, com atores que não buscam o poder, mas a solução de conflitos, detém a capacidade para implantar uma ação comunicativa que desperte para uma ação transformadora, e Habermas propõe essa transformação, uma mudança de paradigma. Ou conseguimos isto ou continuaremos eternamente presos aos discursos dos dominadores que silenciam os dominados.

Na tarefa de conceituar a sociedade civil, concluímos que a sua capacidade de resposta aos conflitos sociais e de arregimentação da participação social, bem como a socialização de valores éticos, confere a ela uma grande força política que precisa ser melhor explorada através de uma mudança na forma como a política é conduzida.

Ao analisar se o movimento antineoliberal possui coesão dentro de um espaço formado por uma diversidade de movimentos e entidades, procuramos ver uma coesão que pode ser formada na unidade promovida pela busca do consenso e fortalecida pelos pontos de convergência e pela identidade forjada ao longo do processo de formação do movimento.

Por fim, ao diferenciar discurso e diálogo e imputando a este uma práxis que pode levar a uma maior consciência política com conseqüências emancipatórias, procuramos analisar a comunicação dentro do FSM através da obra de Habermas, utilizando Bourdieu para preencher as lacunas de uma teoria da ação comunicativa que não abarca as grandes diferenças sociais. Concluimos que a ação comunicativa habermasiana dentro do FSM ocorre, mas precisa ser extrapolada para além dele com uma agenda que permita a socialização dos debates e conclusões alcançadas em seu espaço a fim de que ele não se torne uma espécie de clube da sociedade civil.

Referências Bibliográficas

1. Livros:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, ...p.

AVRITZER, Leonardo (coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, 308 p.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 137 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. Vol.2.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, 188 p.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991, p.11

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. P. 61-233.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. P. 413.

_____. *Passado como futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. 112 p.

HELD, David;McGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 107 p.

LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. 172 p.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001. 199 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STIELTJES, Cláudio. *Jürgen Habermas: A desconstrução de uma teoria*. São Paulo: Germinal, 2001. 333 p.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade – Leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

2. Artigos:

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antônio Augusto Pereira. *Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva*. Trabalho apresentado no Seminário Temático “Planejamento, Pobreza Urbana e Representação Política”.

GOHN, Maria da Glória. De Seattle a Gênova: uma radiografia dos movimentos antiglobalização. *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 janeiro 2002, Caderno

MAIS!, p.1. Disponível em: <<http://www.espdh.hpg.ig.com.br/noticia3.html>>. Acesso em: 21 fevereiro 2005.

GRZYBOWSKI, Cândido. Por que pensar o Fórum Social Mundial. *Democracia Viva*. Rio de Janeiro, n.14, p. 8, janeiro 2003.

LANDIM, Leilah. “*Experiência militante*” *Histórias das assim chamadas ONGs*. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/landim.rtf>>. Acesso em: 10 de abril de 2005.

MOREIRA, Teresa. *Redes: um novo exercício de cidadania*. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br>>. Acesso em: 26 maio 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o público-estatal e o universo gerencial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.52, p.185-200, junho 2003.

RESTREPO, Luis Alberto. A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 2(2), 2.sem.1990.

SILVA, Marco Antonio de Meneses. *Diálogo*. Teoria das Relações Internacionais II. Notas de aula.

VIEIRA, Liszt. *Sociedade civil e espaço global*. Disponível em: http://www.lisztvieira.pro.br/texto_sociedade_civil.htm Acesso em: 10 agosto 2004.

What is civil society? Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/collections/CCS/what_is_civil_society.htm>. Acesso em: 25 fevereiro 2005.

WHITAKER, Celina; VIVERET, Patrick. O que o Fórum Social Mundial traz de novo como modo de atuação política? *Democracia Viva*. Rio de Janeiro, n.14, p. 17-18, janeiro 2003.

WHITAKER, Chico. *Fórum Social Mundial de 2005 – avanços e perspectivas*. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>> Acesso em: 20 julho 2005.

3. Revistas:

Democracia Viva, Rio de Janeiro, Ibase, n.14, p.3-84, janeiro 2003.

Um outro mundo é possível. *Ode*, Encarte: Fórum Social Mundial 2003, São Paulo, ELAP, p.1-15, fevereiro 2003.

4. Web sites:

www.agp.org

www.forumsocialmundial.org.br

www.rcgg.ufrgs.br/wsf_por.htm